

# 11. AUTORIA E COLABORAÇÃO COM O USO DAS TIC NA ESCOLA RURAL

**Silvana Emer Kerber  
Maria Rosangela Bez  
Liliana M. Passerino**

## INTRODUÇÃO

Com a evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a circulação de informações e a produção de conhecimento se desenvolve de forma muito rápida, provocando significativas transformações na vida em sociedade refletidas no contexto educacional. Nesse processo de interação social, com a mediação das TIC, pressupõe-se um novo paradigma educacional, voltado para competências e habilidades centradas na autoria, autonomia e colaboração, alinhadas nas necessidades locais, abrindo possibilidades de resgatar o papel da escola em sua função social. (KOLLING, 1999; PASSERINO, 2010)

Estudos desenvolvidos por Leite (1999) e Calazans (1993) revelam que a educação rural sempre esteve subordinada ao modelo urbano, não considerando as necessidades próprias de seu contexto econômico, cultural e social, e apesar da luta dos movimentos sociais e da atuação de órgãos como o SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), as escolas do campo ainda enfrentam muitas dificuldades em sua infraestrutura. Historicamente, as desigualdades que contrapõe rural e urbano sempre existiram, porém, um novo olhar passa a fortalecer a valorização do campo a partir de autores como Silva (2000), Fernandes (2002) e Kolling (1999), trazendo a ideia de espaços e culturas distintas cada qual com o seu valor cultural, complementando uma a outra, numa visão de totalidade. Damasceno e Therrien (2000) e Dayrell (2007) acreditam que os espaços da escola são lugares de expressão, criação e promoção



de eventos culturais, possibilitando ao jovem do campo identidades positivas. O jovem do campo, naturalmente associado às transformações sociais busca no espaço escolar estabelecer relações, expressar-se e pertencer a um grupo, ou seja, busca um espaço de construção cultural. Para Novaes e Vanucchi (2004) e Garbin (1999; 2003), as culturas juvenis são estilos de vida e valores com um forte entrelaçamento com a crescente centralidade da mídia. Dessa forma, a juventude rural é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos; os diferentes universos culturais se interpenetram e emerge então a juventude rural como uma população profundamente afetada pelas difíceis condições socioeconômicas de quem vive da agricultura. Nesse sentido, as novas TIC como ferramentas, produção, autonomia, autoria e colaboração, podem e devem ser utilizadas na reversão desse sentimento de inferioridade que atinge o homem do campo. Como mediadoras, as novas TIC trazem a possibilidade de expressar com orgulho os valores da terra, e assim, aumentar novas perspectivas e possibilidades ao jovem do campo.

Hoje em dia, grande parte da juventude rural está sem perspectivas de melhora de vida no campo e acabam se deslocando para a cidade. Além da falta de condições satisfatórias do ponto de vista social e econômico, a escolaridade da maior parte dos jovens trabalhadores rurais não passa da educação básica.

Pode-se identificar uma desvalorização e desmotivação em relação ao meio rural por parte dos jovens, e essa migração evidencia uma rejeição ao modo de vida dos pais decorrendo, assim, uma crise de identidade social. Essa realidade brasileira também é notada no povoado Júlio de Castilhos (Taquari/RS), onde se constata certo negativismo e acomodação dos moradores e inclusive dos professores e alunos da escola local, que foi o espaço onde se desenvolveu o estudo de caso.

No contexto estudado existe um laboratório de informática com Internet (Telecentro – GESAC), que restringe-se à oferta de computadores e Internet para a população rural, fixando seu uso principal como fonte de pesquisa de conteúdos escolares, sem garantir a essas pessoas o uso da tecnologia como produção e para aquisição do conhecimento necessário à transformação social. Por esse motivo, analisar desejos e valores, causas das resistências e acomodações dos sujeitos dessa comunidade escolar com relação às TIC e a implicação direta ou indireta de seu uso para uma mudança nas estruturas funcionais da educação do campo, justificaram este estudo de caso da EEEF Júlio de Castilhos.

O estudo visou, portanto, a analisar como promover a autoria e a colaboração na escola rural a partir da integração das TIC com jovens de 6º a 9º ano. Iniciou-se por identificar (1) como as TIC estavam sendo usadas na escola e no cotidiano dos moradores do povoado Júlio de Castilhos; e posteriormente (2) ampliar a utilização das TIC como autoria e colaboração na escola do campo, beneficiando o processo educativo. A presente pesquisa de caráter qualitativo estruturou-se como um estudo de caso com intervenção e buscou analisar a prática pedagógica numa escola rural integrando as TIC no processo educativo, a partir de um estudo de caso envolvendo a realização do projeto “Rádio na escola”, com alunos do 6º ao 9º ano.

## TECNOLOGIA, AUTONOMIA, COLABORAÇÃO E AUTORIA

As tecnologias digitais vêm promovendo grandes mudanças na forma como as pessoas se informam e aprendem, propiciam a exploração de novas oportunidades de aprendizagem, bem mais centradas na atividade dos alunos, e o desenvolvimento de projetos colaborativos. As formas de interação e comunicação oferecidas pelas mídias digitais permitem associações inesperadas e possibilitam a realização de trocas de informações em larga escala. Em decorrência disso, o conhecimento é provisório e determinado pela dinâmica e flexibilidade dos processos de comunicação e informação, instalando-se assim, uma nova relação do indivíduo com o saber, relação essa com maior possibilidade de autoria e autonomia (DEMO, 2008). Educar hoje é mais complexo e se tornou um grande desafio, é preciso repensar todo o processo e assumir um novo papel. (MORAN, 2001)

Esses novos modelos propiciados pela mídia digital tornam o mundo aberto e acessível para todos que se apropriam culturalmente desse dispositivo, o que possibilita acessar, decidir, escolher e produzir conhecimento, quando se desenvolvem processos altamente qualificados de apropriação. Nesses casos, as TIC podem favorecer modos mais flexíveis de aprendizagem pela crítica, interpretação e análise de informações promovendo autonomia e autoria. Porém, a facilidade de acesso e reprodução torna-se, em muitas ocasiões, o processo mais simples e direto levando de forma latente a processos de plágio e afetando de forma ética a autoria das novas produções.



A autoria, para Demo (2008), na Internet deve ser pensada de forma diferente pois *“Esta condição se aguçou na Internet: o que se põe na Internet, como regra, é usado livremente, resultando em produtos que vão desde o plágio puro e simples, até os mais variados tipos de remix, incluindo quase cópia e textos de qualidade reconhecida ...”* (p. 3). Assim, a autoria em processos digitais traz no seu cerne tanto questões subjetivas e individuais de interpretação, seleção e escolha, como coletiva, de ideias compartilhadas e colaborativamente construídas. Portanto, as novas formas de aprender e de se informar com as novas TIC permitem uma expressão diferenciada de autonomia, autoria, argumentação. Para Vygotsky (1998), a autonomia é um dos aspectos do aprendizado, é a ação de regular os processos internos de desenvolvimento numa zona de desenvolvimento proximal (ZDP), na qual o sujeito é desafiado a formar suas próprias ideias e a avançar com apoio do outro para novas situações e problemas, interagindo e construindo uma autonomia progressiva. Segundo Alonso (2000), a autonomia se refere à capacidade de organizar as próprias ideias, sintetizar o pensamento, extrair conclusões próprias e aplicar conhecimentos em situações específicas. Essa autonomia é sempre socialmente dependente, porquanto deva ser dialógica, interativa, colaborativa. Nesse sentido, vemos a colaboração como uma estratégia de trabalho em grupo e envolve trocas construtivas entre as pessoas que favorecem a realização de interesses individuais e de organizações,

[...] nos processos colaborativos todos dependem de todos para a realização de atividades, e essa interdependência exige aprendizados complexos de interação permanente, respeito ao pensamento alheio, superação das diferenças e busca de resultados que possam beneficiar a todos. (KENSKI, 2003, p. 112)

Em cenários de colaboração, as tecnologias assumem papéis na comunicação, mediação e motivação dos participantes; contribuindo nos processos de interação e aprendizagem, não funcionam como mais um recurso onde ficam embutidas informações, mas como ferramentas de pensamento, mediadoras no ambiente de aprendizagem, num processo interacionista e social. (PASSERINO, 2001)

Com as tecnologias digitais, a interação de forças sociais, econômicas, políticas e culturais, ao se estabelecer afirmam e reforçam modelos colaborativos, mudando o enfoque pedagógico de certas práticas da educação formal. Neste sentido, pressupõe-se um fazer educativo voltado para competências e habilida-

des centradas na autoria e colaboração, uma certa autonomia alicerçada nas necessidades locais, com objetivos que signifiquem e desenvolvam de um espírito comunitário.

Portanto, ao pensarmos na escola rural com essas inovações tecnológicas e pedagógicas, é necessário partir da realidade local, do cotidiano, valores, costumes, crenças e saberes que a constituem. Abordar o uso das novas tecnologias sob um olhar de agregação, não mudando mas salientando e valorizando o que é peculiar e singular na vida do campo.

O estudo que segue leva-nos a compreender melhor a realidade rural, pois é preciso conhecimento da realidade, ter consciência sobre como funciona a escola e a localidade na qual está inserida. Esses são passos iniciais para delinear estratégias que envolvam autoria coletiva e colaboração. Essa prática educativa, com autonomia, autoria e colaboração é que conduz a escola assumir um novo paradigma educacional e, finalmente, sua função social.

## A ESCOLA RURAL E A EDUCAÇÃO NO CAMPO

Segundo estudos de Leite (1999) e Calazans (1993), até a década de 1990, a educação rural no Brasil estava totalmente atrelada a um modelo de política econômica comprometida com as elites e ligada às oligarquias rurais,

[...] A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo, acentuado no processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos”. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999, p.14)

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Diante desse cenário de descomprometimento, as políticas públicas para a chamada “educação rural” tiveram como objetivo principal sua vinculação a projetos conservadores e tradicionais de ruralidade para o país, não respeitando os direitos, as histórias, os sonhos, gestos, religiosidade e identidade desses sujeitos.



Em decorrência, a situação do ensino rural hoje é precária, enfrenta a falta de recursos, turmas multisseriadas, poucas e precárias salas de aula, falta de laboratórios, bibliotecas e dificuldade de acesso à Internet e a meios de comunicação. Em 2010, a pesquisa realizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) constatou com o baixo desempenho, as condições preocupantes que se encontram as escolas rurais: 70% não possuem biblioteca e 92% não têm acesso à Internet. Além disso, mais de 70% ainda utilizam o mimeógrafo e o quadro de giz; foi a única ferramenta pedagógica encontrada em bom estado em todas as unidades. (IBOPE/CNA, 2010)

Outro fator que aumenta as dificuldades na educação do campo é a falta de condições de apoio e equipamentos nas famílias. Conforme pesquisa do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC, 2011) sobre equipamentos de TIC na zona rural, 80% dos domicílios possuem televisão, celular e rádio e somente 13% possuem computador em casa, sendo que apenas 10% têm acesso à Internet. Na zona rural, os estudantes têm menos acompanhamento da família e menos oportunidades de acesso à cultura e à leitura, tanto na sala de aula, quanto em casa. Conforme pesquisa realizada pelo IBOPE em 2010, encomendada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), há carência na infraestrutura das escolas rurais. Muitas dificuldades encontradas estão relacionadas ao uso de novas tecnologias, o que reforça o sentimento de inferioridade dessa população, a falta de perspectiva socioeconômica e de acesso e oportunidades a educação do campo. (IBOPE, 2010)

Além da dificuldade de infraestrutura, o ensino nas áreas rurais apresenta outros entraves, como maiores percentagens de reprovação, ausência às aulas, abandono e distorções na relação idade-série. Com isso, os índices de escolaridade no meio rural são muito baixos; dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), demonstram que 32,5% estão no campo e são poucos os jovens que continuam os estudos, 6,5% continuam no ensino médio e 2,5% no ensino superior. (IBGE, 2011)

Portanto, faz-se necessária uma política educacional que contemple a cultura do homem do campo. Kolling (1999) enfatiza que:

[...] O propósito é conceber uma educação básica do campo, voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo às suas diferenças históricas e cul-

turais para que vivam com dignidade e para que, organizados, resistam contra a expulsão e a expropriação. Não basta ter escolas do campo, ou seja, é necessário escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo.(KOLLING, 1999, p. 29)

Nesse sentido, as questões de educação articuladas às lutas e aos movimentos de diversos segmentos da população do campo, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional do Trabalhador e Trabalhadora na Agricultura (CONTAG) fizeram emergir a concepção de educação do campo, contrapondo-se à visão tradicional de educação rural. Essa nova concepção de educação leva em conta as demandas do lugar onde vivem, respeita sua cultura e valores, seus saberes, suas necessidades, suas peculiaridades. A educação do campo fundamenta-se em princípios do paradigma agrário, sendo o homem do campo o protagonista desse processo. (FERNANDES, 2002)

De forma geral, esses movimentos buscavam a garantia dos direitos, por uma escola adequada, sendo uma das principais conquistas a inclusão do tema na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB), em 1996, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as Diretrizes Complementares. (BRASIL, 2001)

Recentemente, foram criados programas e projetos de financiamento específicos para a educação rural. A SECADI/MEC tem desenvolvido políticas que valorizam e apoiam a docência no campo, como o PROCAMPO, destinado especificamente à formação inicial de professores para as escolas do campo, além de desenvolver políticas públicas de Educação do Campo e de Juventude que oportunizem a jovens agricultores familiares, com idade entre 18 a 29 anos, buscar a elevação de escolaridade em Ensino Fundamental com qualificação profissional inicial. (BRASIL, 2012)

Esses programas buscam respeitar as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo, visando a melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas. Os programas orientados, assim, à formação continuada de professores e à disponibilização de materiais didáticos (livros específicos) e pedagógicos (*kit's* de materiais) adequados às especificidades desse contexto escolar, aliam-se ao Programa Mais Educação, que visa a promover uma



política de educação integral com ampliação da jornada escolar e dos espaços e oportunidades de aprendizagem, por meio de atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de educação cidadã para melhorar o ambiente escolar, buscando um novo olhar ao currículo e à prática pedagógica. (BRASIL, 2012)

Além do eixo estruturante que é a educação escolar, o papel da escola em comunidades rurais vincula questões socioambientais e políticas. A sua identificação e reconhecimento como instituição local, são passos decisivos para instituir a escola como parceira desse modelo de desenvolvimento rural sustentável. Ela pode ser, principalmente para os jovens que a frequentam ou frequentaram, uma instância geradora de autonomia e práticas culturais manifestas na sua comunidade e na escola.

Por meio da produção dos grupos culturais a que pertencem, muitos desses jovens recriam as possibilidades de entrada no mundo cultural além da figura do espectador passivo, colocando-se como criadores ativos. Através da música ou da dança, criam e promovem eventos culturais. Para esses jovens, o grupo cultural é um dos poucos espaços de construção da autoestima, possibilitando-lhes identidades positivas. Eles querem ser reconhecidos, querem ter visibilidade, querem ser “alguém” (DAYRELL, 2007, p. 200). Com relação às TIC o acesso ainda é muito restrito se comparado com o urbano, pois o fato de não interagir com o restante do mundo torna as comunidades do campo passíveis de uma participação quase estática o que faz com que se tornem meros espectadores da vida através da tela. Atualmente, um dos grandes desafios na educação brasileira é socializar o acesso a esses novos recursos tecnológicos e midiáticos, garantindo aos alunos da zona rural as mesmas condições oferecidas aos centros urbanos. Assim, a troca de experiências, a criatividade, a colaboração, possibilitam ao jovem do campo ampliar horizontes, interagir, produzir conhecimento e emitir informações, reduzindo as distâncias e fronteiras entre os diferentes mundos, sem perder sua cultura, sua identidade de jovem do campo. Nesse sentido, a identidade juvenil rural está sendo resignificada em meio às constantes transformações no processo da globalização. Para isso, é preciso compreender essa fase da vida, seus processos transitórios, a formação desses sujeitos sociais, suas vivências e as possibilidades que a educação do campo, agregada às novas tecnologias, pode potencializar no fortalecimento do sujeito individual e do coletivo.



## JOVENS, CULTURAS JUVENIS E TECNOLOGIAS NA ESCOLA RURAL

A classificação de juventude a partir da faixa etária abrange o ciclo 15-24 anos, definidos por organismos internacionais como OMS e UNESCO e apoiados em indicadores demográficos. Atualmente, é amplamente discutida, estendendo-se até 29 anos (UNESCO, 2004), destacando a transitoriedade.

Essa transição juvenil, corresponde à maior integração social, à definição de valores, à formação de opinião, ao desenvolvimento de habilidades que são potencializados pela participação em grupos e atividades sociais de troca com seus pares, implicando articulação de diferentes dimensões individuais e sociais tais como autonomia, independência, constituição de família própria, etc., o que exige, a efetivação da inserção profissional. Para Castro (2009), essa noção de juventude como período de transição sujeita os jovens a um espaço de subordinação nas relações sociais.

Nesse sentido, o jovem busca pertencer a um grupo, estabelecer relações, de maneira formal ou informal, com regras estabelecidas, confrontadas e reinterpretadas, formados pelas vivências, que se apresentam em condições diferentes e que se constituem num espaço de construção cultural.

Portanto, entende-se cultura como “um processo socialmente interativo de construção, compreendendo atividades (práticas culturais) e significados (interpretações) partilhados” (MORAIS, 2004, p.10). A construção discursiva e social da juventude se processa na escola, na família, no meio social, mas também na mídia e na cultura musical (rock, pagode, sertanejo, etc). Essas práticas culturais e de lazer se configuram como iniciativas juvenis contemporâneas com maior visibilidade na esfera pública. Ao abordar a noção de juventude no contexto brasileiro, nesse início do Séc. XXI, é necessário observar o entrelaçamento da cultura juvenil com a crescente centralidade da mídia. Precisamos entender que as imagens e sons da mídia dominam cada vez mais nosso senso de realidade, como nos vemos e como vemos o mundo ao nosso redor. (GARBIN, 1999)

Nesse sentido, pela facilidade de acesso aos recursos tecnológicos de informação e comunicação, é possível fazer arte com maior viabilidade de produção, divulgação e compartilhamento, completando assim o quadro da cultura juvenil contemporânea, trazendo o entendimento de que o conhecimento e a cultura não devem ser mercadorias de acesso restrito.



Porém, essa facilidade de acesso é diferenciada entre o urbano e o rural. Na área rural, um dos principais obstáculos para a inclusão digital no Brasil é a indisponibilidade da rede. Dados da pesquisa TIC domicílios e usuários (CETIC, 2011), constata-se que apenas 10% das pessoas acessam normalmente a Internet no meio rural, e 54% não têm acesso à Internet devido à falta de rede disponível no interior. Dos 25% que já acessaram a Internet alguma vez, a maior parte está na faixa de 10 a 24 anos. Quanto aos interesses de uso da Internet na zona rural, dos 84% que usam para se comunicar, 60% são jovens entre 16 a 24 anos e acessam *e-mail*, *orkut* ou *facebook*; 78% utilizam para informações e serviços *on-line*, sendo que 90% destes estão na faixa etária de 24 a 44 anos; para lazer, dos 79% de usuários do meio rural, 90% têm entre 10 e 24 anos, sendo que os adolescentes preferem jogos e os jovens de preferem baixar músicas e vídeos. (CETIC, 2011)

Ao observarmos essa realidade, percebemos que o acesso aos novos recursos tecnológicos no meio rural ainda são muito restritos, pois somente 25% dos que pertencem ao meio rural já acessaram a Internet alguma vez (CETIC, 2011). Porém, cabe salientar que o acesso a outras TIC como celular, TV e rádio já é bastante difundido no meio rural: 95% possuem televisão, 77% possuem rádio e 69% possuem celular.

Assim, os jovens transitam nos universos rural e urbano, enquanto trabalham na terra, cortam mato, tiram leite, conversam no celular, escutam música, comentam o baile do fim de semana, conversam sobre o *game* novo; o que, num primeiro momento, parece ser atitude de identidades contraditórias (rural e urbana), na realidade traduzem o seu cotidiano. Esses jovens, identificam as diferenças entre o campo e a cidade demonstradas na TV, mas não gostam como sua imagem é retratada nela, desenvolvendo um sentimento de inferioridade, já que a identidade camponesa é ridicularizada pelos meios de massa. E, apesar de perceberem que a vida urbana mostrada na TV também é distante de sua vida, preferem identificar-se com esta. Isso mostra que a identidade do jovem rural é construída constantemente, sendo que no campo ele possui uma identidade, e na cidade, outra.

Por outro lado, é possível verificar que, no contexto do jovem do campo, a mídia é um sistema que possui muita influência, e apesar da dificuldade de acesso, observa-se o crescente número de computadores e a penetração da Internet no meio rural com os programas de inclusão digital. Esse fato abre novas perspectivas para o jovem rural, abre a possibilidade de interagir com o restante do mundo através da troca de conhecimentos, experiências e vivências, fazendo do

jovem do campo alguém que elabora, colabora e emite informações para construir o conhecimento, um protagonista na relação entre sociedade, cultura e tecnologia. Nesse sentido, as novas TIC como ferramentas de produção, autonomia, autoria e colaboração, podem e devem ser utilizadas na reversão desse sentimento de inferioridade que atinge o homem do campo. Como mediadoras, as novas TIC trazem a possibilidade de expressar com orgulho os valores da terra e assim aumentar novas perspectivas e possibilidades ao jovem do campo.

## CASO DE ESTUDO: aspectos metodológicos

Partindo da constatação da realidade local e da questão norteadora optou-se pelo estudo de caso, como método de pesquisa, pois permite que a investigação preserve as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real. (YIN, 2005) Num primeiro momento, buscou-se a revisão bibliográfica que ocupou papel relevante no desenvolvimento dessa investigação, pois forneceu sustentação à pesquisa, desde o planejamento até a conclusão. A pesquisa, exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, buscou estudar como se dá a inclusão digital na escola do campo EEEF Júlio de Castilhos localizada no interior do Município de Taquari-RS, e foi especialmente pela técnica de observação participante de dois projetos inovadores para a localidade que permitiu que as práticas colaborativas e a mediação das TICs fossem analisadas.

Os sujeitos dessa pesquisa foram alunos do projeto Rádio na escola do 8º ano da EEEF Júlio de Castilhos; participaram alunos cuja faixa etária varia entre 12 e 18 anos, num total de 10 alunos.

De forma a complementar as fontes de pesquisa e a permitir uma triangulação de dados (YIN, 2005), foram realizadas, nessa pesquisa, entrevistas semiestruturadas com três pais e três professores, gravadas em vídeo e analisadas posteriormente. Partindo de perguntas previamente preparadas, a entrevista permitiu flexibilidade com perguntas improvisadas a fim de explorar melhor o tema em questão, clareando as respostas quando necessário; além da entrevista e a observação participante e um questionário misto, aplicado no mês de novembro aos 10 alunos do 8º ano da EEEF Júlio de Castilhos, que apresentou perguntas objetivas (fechadas) e subjetivas (abertas).

A observação participante ocorreu durante o período de realização dos projetos de agosto a novembro de 2012, com registros semanais dos momentos



de criação e execução, num diário de campo com registros de estratégias, dificuldades encontradas, rumos traçados e resultados obtidos, além de relatos sobre sentimentos e percepções a partir da realidade vivida. Esse diário forneceu material bastante rico para análise que somou aos outros dados coletados.

Assim, na triangulação de fonte de dados a mesma informação foi colhida de três formas: entrevistas, observação participante e questionário e complementada com registros do diário de campo; a análise desse conjunto de informações obtidas a partir dos instrumentos citados foram relevantes para obter a confiabilidade do estudo de caso.

## CASO DE ESTUDO: processo de análise e discussão dos dados

O contexto de investigação foi a EEEF Júlio de Castilhos localizada no povoado de Júlio de Castilhos, no interior do Município de Taquari, Rio Grande do Sul. A economia local, baseia-se na monocultura de eucalipto, a maioria da população trabalha no corte de mato e o povoado enfrenta um problema que está muito acentuado na comunidade: o êxodo rural. Os que ainda permanecem na localidade, são os que não prosseguiram nos estudos e manifestam o desejo de cuidar daquilo que herdaram. A EEEF Júlio de Castilhos possui o Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, fundada em 1952, atualmente possui 56 alunos, uma diretora, três funcionários e sete professores. A maioria dos professores não reside no povoado e as (?) são turmas multisseriadas com características de indisciplina e desinteresse no estudo. Quanto aos alunos que participaram da pesquisa, a maioria são meninos, apresentam agressividade verbal e muitas vezes física, resistem em realizar atividades escritas e possuem dificuldades de atenção, são negativos e preferem atividades braçais. Os professores participantes da pesquisa trabalham há mais de 10 anos na escola, conhecem bem a realidade local. A comunidade possui um Telecentro (GESAC – *European Grouping of Societies of Authors and Composers*) localizado na escola, implantado pelo programa Luz para Todos. Sendo este o único acesso à Internet no povoado.

A análise de dados foi feita a partir do cruzamento de informações obtidas nos questionários aplicados, entrevistas efetuadas e observações, entrelaçados com o referencial teórico, como mencionado anteriormente.

Partindo das informações colhidas nos questionários e entrevistas, percebe-se que 35% dos alunos não possuem perspectiva futura e a escola é um dos únicos lugares de encontro nessa comunidade, portanto, o aprender não é o fator que mais motiva a frequência à escola por grande parte desses jovens. A maioria dos alunos gosta de fazer atividades práticas de campo, e apesar da escola ter uma riqueza imensa propícia para exploração e conhecimento ambiental e de ecossistema, as aulas são praticamente confinadas e restritas aos livros didáticos (90% dos professores planejam suas aulas utilizando somente leituras e exercícios dos livros doados pelo Governo Federal). Nota-se a falta de empenho no sentido de reorganizar o processo ensino-aprendizagem que corresponda às necessidades locais. A escola não está vinculada aos desafios e às necessidades do campo (KOLLING, 1999), deixando a desejar quanto à sua função social.

O corpo docente perpassa em suas falas que “hoje, a visão de um meio rural sem acesso, sem comunicação e sem transporte, já não existe”. Mas, a chegada e a forma de utilização das novas tecnologias (exploradas nas aulas somente para pesquisas) ainda não contemplaram um fazer pedagógico significativo.

Segundo Demo (2008), as novas TIC podem nos trazer oportunidades ainda mais ampliadas; possibilitam explorar novos processos de aprendizagem, bem mais centrados na atividade dos alunos, também mais flexíveis e motivadores, mais capazes de sustentar processos de autoria e autonomia. Ainda, Moran (2001) ressalta a importância do professor aprender a gerenciar esses novos espaços e a integrá-los com equilíbrio e inovação.

Nas entrevistas, percebe-se que o professor sente a necessidade de um fazer pedagógico diferente e constata-se a motivação dos alunos em relação ao uso de novas tecnologias e a facilidade em aprender a manuseá-las. Nas observações registradas no diário, relato sobre a facilidade com que eles captaram e dominaram o funcionamento do programa *Audacity*.

Observa-se nos relatos de pais, professores e alunos que a chegada do Telecentro ligou a escola ao mundo, despertou o gosto pelas novas tecnologias, a vontade de aprender coisas novas e a curiosidade.

Apesar dos alunos não terem acesso a elas em suas casas, a maioria enxerga as novas tecnologias como possibilidades de aprender e evoluir, de receber notícias do mundo, mas não a vê (talvez por não a utilizar dessa forma) como possibilidade de trocar experiências e de projetar o mundo rural. A TV e o rádio, são tecnologias de comunicação mais utilizadas e que, ao não serem exploradas



adequadamente, formam mídias de massificação, reforçando assim o “receber tudo pronto” encontrado nas queixas de alguns professores e na análise do perfil dos alunos em estudo.

Nesse sentido, transparece a ausência de processos colaborativos e um certo individualismo, o que implica dificuldade de autorias coletivas. Essa dificuldade de trabalhar de forma interdisciplinar é evidenciada também nos alunos, o que caracteriza um ensino tradicional e conduz os alunos no sentido de não terem iniciativa, numa postura passiva esperando ganhar as coisas prontas. Atitude que contrapõe o novo paradigma educacional e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), que ressalta sobre a importância da escola na formação de sujeitos capazes de criar, inovar, imaginar, questionar, encontrar soluções e tomar decisões com autonomia. O desenvolvimento dessas capacidades é permitido com as novas tecnologias da informação e comunicação, que contribuem nos processos de aprendizagens colaborativas e funcionam como ferramentas mediadoras no processo de interação social (PASSERINO, 2001), fazendo assim com que a escola assuma seu papel.

## Discussões sobre Autoria e colaboração no projeto “Rádio na escola”

Assim, como forma de auxiliar no processo de transformação dessa realidade constatada e percebendo a força que as TIC podem ter ao serem utilizadas como processos mediadores, de autoria e colaboração, buscou-se a realização do projeto Rádio na Escola.

Ao tentar inovar tecnologicamente, algumas dificuldades surgem. No diário-tarefa escrito por uma das autoras desse trabalho, em 2011, no Curso de Mídias na Educação, observam-se algumas percepções interessantes:

“[...] neste semestre senti muita dificuldade quanto a tes-  
tagens de algumas ferramentas em aula, o fluxo de ideias,  
criação e produção e o acesso à internet é bastante restri-  
to. Só há internet na escola e ainda é via satélite (e nem  
sempre funciona bem) e é o único lugar em que a maioria  
dos alunos tem acesso a computadores (5 computadores).

Mesmo com as dificuldades do meio rural, procuro utilizar as TICs na medida do possível e, lembrando do vídeo “aprender a aprender”, sinto como se eles estivessem ainda “varrendo e me observando,” pois levo meu note com vídeos educativos que baixo em casa, estou construindo um blog do povoado e, quanto à autoria e colaboração estamos produzindo, com fotos que eles estão trazendo em seus celulares (obs: a maioria possui celular) um vídeo que mostre as riquezas naturais e o cotidiano da região. Aos poucos vou provocando a inserção e colaboração de todos no processo. Os alunos ainda não tem prazer em aprender e falta autonomia pois muito parte de mim e, quanto aos colegas professores, observo que se acomodam na zona rural.”

Este relato transpassa a dificuldade nos primeiros contatos ao usar as tecnologias como produção. Observa-se a necessidade e tentativa de utilização das TIC para trabalhar autoria e colaboração, e o reconhecimento de que algumas iniciativas não se adaptam nesse meio, como por exemplo, a tentativa de criar um *blog*, devido ao não conhecimento da realidade local. Após pesquisa que levou à constatação que em 2011 apenas 10% dos alunos tinham acesso à Internet em suas residências, houve a necessidade de rever algumas práticas e a conceber uma educação voltada para a realidade rural, sem incorrer no erro de reprodução do modelo urbano. (LEITE, 1999)

Nesse sentido, buscou-se desenvolver a autoestima desses alunos com projeto “Rádio na Escola”, realizado com os alunos das séries finais do Ensino Fundamental, quando foram observadas mudanças ocorridas a partir desta proposta de trabalho de autoria coletiva usando as novas tecnologias para produção do programa de rádio. O programa escolhido para editar foi o *Audacity* e, num primeiro momento, foram feitos testes de voz com cada um dos alunos, para que eles tivessem consciência vocal e decidissem as funções de cada um no projeto. Definidas as funções, todos estavam motivados para organizar o primeiro roteiro.

Nas observações registradas, notou-se que eles se interessaram muito, aprenderam a lidar com o programa *Audacity* com facilidade, porém, durante todo o projeto, a iniciativa de organizar os programas sempre teve que partir do professor, ou seja, a turma não desenvolveu ainda a capacidade de se auto-organizar. Quanto à autoria coletiva não houve problemas maiores, sempre traziam sugestões e repassavam músicas por *bluetooth*, mas quanto à execução houve



muitos atritos, resistências e atrasos. A cada problema encontrado buscou-se alternativas conjuntas para solucionar, motivando e mediando as situações de conflito, comuns nesta etapa do desenvolvimento. Nessa fase de transitoriedade e de inserção social que perpassa esses jovens, é importante educar no sentido de buscar soluções, definir valores e desenvolver ações construtivas, pois nessa etapa as ações são potencializadas pelo grupo. (NOVAES e VANUCCHI, 2004).

Um dos maiores problemas percebidos em todos os setores da escola são refletidos na sala de aula: a resistência na execução. Nas entrevistas constatou-se que a maioria tem consciência de como a escola pode melhorar, mas travam na hora de se mobilizarem para buscar solução. É preciso ter consciência que o reflexo das realidades vividas por esses jovens, que se deparam com a crise da agricultura familiar e econômica, é na escola que se dá. Além disso, conforme Garbin (1999), com a crescente centralidade da mídia, as fronteiras entre o rural e o urbano se dissipam e os jovens do campo, na busca de sua identidade e pertencimento, são influenciados por valores e culturas muitas vezes contraditórias, o que os leva a insatisfações, resistências e abandono do meio rural.

Por isso, cabe a escola na sua função social, propiciar espaços de expressão cultural, favorecendo a identidade do jovem do campo, a produção coletiva de estilo de vida e de seus valores característicos. (FEIXA, 1999)

Neste sentido, a satisfação dos jovens que participaram do projeto “Rádio na Escola”, foi notória. A autoestima dos alunos aumentou após os elogios recebidos e manifestam orgulho em participar e serem autores desse projeto. A maioria de suas respostas quanto aos resultados da aplicação do projeto, foram :

“gostei de ser autor, junto com os colegas, de criar os programas de rádio”.  
“vi que tenho capacidades que antes não percebia”.  
“aprendi a importância de interagir e colaborar pra que o projeto aconteça”.

Essas respostas demonstram mais uma vez que a disseminação das novas TIC estão provocando novos processos de aprendizagem, mais interativos, colaborativos e desenvolvendo, segundo Vygotsky (1998), aspectos cognitivos que vão do social ao individual.

Ao serem perguntados sobre sua reação diante da proposta de trabalhar com projetos utilizando novas tecnologias de informação e comunicação, todos respon-



deram *“fico feliz, pois tenho a possibilidade de criar e interagir com coisas novas”*. Nenhum deles marcou a alternativa: *“não gosto do projeto, prefiro a forma tradicional”*.

Fica evidente que a proposta de trabalhar com projetos utilizando as TIC é altamente motivador, e traz em si uma nova proposta de trabalho, com uma postura mais ativa, criativa e colaborativa para esses jovens. Essas novas possibilidades de interação, autonomia, autoria e colaboração além de atrativas podem auxiliar muito a reorganização pedagógica da escola rural, contemplando necessidades específicas locais.

Ao produzir em grupo, os jovens do campo passaram a ver na colaboração e na autoria uma possibilidade de realização de coisas novas, um novo jeito de aprender e de fazer diferente, de serem reconhecidos e valorizados, se sentiram parte do projeto e não meros participantes de algo que já chega pronto. Eles criaram e aprenderam a editar um programa de rádio, mostraram para toda a escola sua criação e sentiram-se orgulhosos e capazes. Viram que o processo de colaboração e autoria são importantes para criar novas perspectivas e sair da passividade e do sentimento de inferioridade que perpassa ao se compararem com o jovem urbano.

Para Silva (2000), essas novas perspectivas contemplam uma visão de totalidade, dissipam essa sobreposição do urbano, reforçam a identidade do homem do campo trazendo a visão de mundo rural como complementar do mundo urbano, cada um com suas características próprias.

O projeto teve mais repercussões positivas, as crianças das séries iniciais quando convidadas a participar das reportagens, ficaram eufóricas e pediram para fazer projetos utilizando as TIC. Em função disso, foram desenvolvidas atividades com as crianças como gravação de uma história criada por elas, com efeitos sonoros musicais, locução e sonoplastia.

Percebe-se que a utilização das novas TIC como produção, potencializando a autoria e colaboração começa a alavancar algumas mudanças na EEEF Júlio de Castilhos. Segundo Kenski (2003), a colaboração é uma estratégia que leva a aprendizagens como interação, respeito, superação e busca de resultados que favorecem a realização de interesses individuais e de organizações.

Com essa análise, foi possível constatar a importância da utilização das TIC como mediação e sua contribuição no processo ensino aprendizagem. O entrelaçamento dos dados permitiu confirmar a pedagogia de projeto mediada pelas TIC como prática educativa capaz de promover autoria e colaboração e de conduzir a escola a assumir, finalmente, sua função social.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso teórico e metodológico, as reflexões possibilitaram um novo olhar acerca da realidade que envolve a escola rural, e cumpre à escola saber lidar pedagogicamente com essas tecnologias e assumir sua função social.

O estudo realizado nesta pesquisa permitiu compreender que a inclusão digital na educação é algo bem maior que simplesmente o fato de manusear tecnicamente um computador. É mais significativo, é algo que transcende o saber técnico. Envolve interatividade, autoria coletiva e colaboração, envolve a possibilidade não só de consumir mas também de produzir conhecimentos.

Verificou-se, também, que a prática pedagógica utilizando as TIC como produção, desperta nos alunos e nos professores o prazer de aprender, significando o processo ensino-aprendizagem, especialmente como ferramentas de mediação nas práticas de autoria e colaboração.

Ao desenvolver as práticas de autoria e colaboração a escola passa a assumir sua função social, ou seja, de auxiliar no processo de identidades e de transformação da realidade local, preparando os jovens para a busca coletiva do desenvolvimento econômico, social e cultural do lugar onde vivem.

Porém, este estudo fez emergir novas inquietações; quem deve iniciar este processo: O gestor? O professor? Eles estão preparados para encarar esse novo paradigma educacional?

Nesse sentido, é preciso rever o processo ensino-aprendizagem da escola rural, é preciso tomar novos rumos e buscar alternativas que contemple cada realidade rural, respeitando sua cultura, seus desejos, suas necessidades.

A perspectiva é que este estudo contribua modestamente para iniciativas futuras que visem à implementação de TIC como mediação, promovendo nas escolas espaços de produção, de autoria coletiva e colaboração. E que, somados a outros estudos promovam a ampliação de uma consciência crítica sobre a inclusão digital visando a possibilitar a inclusão social e o exercício pleno da cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia M. Novas tecnologias e formação de professores. In: PRETI, Oreste (Org.) **Educação à distância**: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT: Brasília: Plano, 2000.

BRASIL, PCN. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.<<http://portal.mec.gov.br/>>.

BRASIL, Educação. **PROCAMPO**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=673&id=12395&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=673&id=12395&option=com_content)>. Acesso em: nov. 2012.

BRASIL, MEC/CNE. Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. **Parecer CNE/CEB nº 36/2001**, aprovado em 4 de dezembro de 2001.

CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: TERRIEN, Jacques. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CASTRO, E. G. de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Niñez e juventud**. 1 (7), 2009. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/223>>. Acesso em: nov. 2012.

CETIC – **Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. TIC domicílios e usuários**: pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. 2011. Disponível em: < <http://www.cetic.br/usuarios/tic/>>. Acesso em: nov. 2012.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007.

DAMASCENO, M. N. ; THERRIEN, J. (Org). **Artesões de um outro ofício**: múltiplos saberes e práticas no cotidiano escolar. São Paulo: Annablume, 2000.

DEMO, Pedro. **Aprendizagem e novas tecnologias**. 2008. Disponível em: <<http://www.facec.edu.br/seer/index.php/docenciaepesquisaeducacaofisica/article/viewFile/80/140>>. Acesso em: out. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Diretrizes de uma caminhada educação do campo**: identidade e políticas públicas. v. 4, 89-101, 2002.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribos: antropología de la juventude**. Barcelona, ES: Ariel, 1999.

GARBIN, Elizabete Maria. Culturas juvenis, identidades e Internet: questões atuais. : **Revista Brasileira de Educação**, nº 23, 2003.

GARBIN E. M. Na trilha sonora da vida. **Jornal NH**, Caderno Cultura NH na Escola. Novo Hamburgo, ed.11, ano XI, 1999.

IBOPE, CNA, 2010. Disponível em: <<http://www.canaldoprodutor.com.br/>>. Acesso em: out. 2012.



IBOPE, SENAR, 2010. Disponível em: <[http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas\\_Rurais\\_no\\_Brasil\\_2010\\_0.pdf](http://www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/Escolas_Rurais_no_Brasil_2010_0.pdf)>. Acesso em: out. 2012.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**, 2011. Disponível em: <[http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/2011/tabelas\\_pdf/brasil\\_3\\_1.pdf](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/tabelas_pdf/brasil_3_1.pdf)>. Acesso em out. 2012.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

KOLLING, Edgar. José. et. al. (Orgs.). Por uma educação básica do campo. **Memória**. Brasília: Educação, UNB, 1999.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

MORAIS, Maria de Lima Salum. **Conflitos e(m) brincadeiras infantis**: diferenças culturais e de gênero. São Paulo: s.n., 2004. 247p.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos; BEHRENS, Marilda. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. Disponível em: <[www.ea.usp.br/prof/moran](http://www.ea.usp.br/prof/moran)>. Acesso em: nov. 2012.

PASSERINO, Liliana M. **Apontamentos para uma reflexão sobre a função social das tecnologias no processo educativo**. Texto digital (UERJ), 2010.

PASSERINO, Liliana Maria. Informática na educação infantil: perspectivas e possibilidades. In: ROMAN, Eurilda Dias; STEYER, Vivian Edite. (Org.). **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil**: um retrato multifacetado. Canoas, 2001, p. 169-181. Disponível em: <<http://edu3051.pbworks.com/f/Infoedu-infantil-cap.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

NOVAES, R. R; VANUCCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. **Políticas públicas educacionais e assentamentos rurais de Corumbá, MS (1984-1996)**. **Campo Grande**: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2000.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventude**. Brasília: UNESCO, 2004. 304p.

VYGOTSKY, Lev S **A formação social da mente**. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.